

INDIANISMO: EVASÃO E PARTICIPAÇÃO NO ROMANTISMO BRASILEIRO

Tânia Serra

O acontecimento da Revolução Francesa produziu na Europa inteira - e no continente americano - uma profunda emoção, exprimindo-se em uma literatura de tipo emocional, que se deu a si mesma o nome de "romantismo". ... É literatura política, mesmo e justamente quando pretende ser apolítica.

- Otto Maria Carpeaux

Essa afirmação de Otto Maria Carpeaux está em realce neste trabalho justamente para tentar demonstrar que se tem tido uma visão deformada e até mesmo distorcida do papel social e ideológico do Romantismo, sobretudo do nosso. É dentro dessa perspectiva da "literatura de evasão" como manifestação política que deve ser analisado, dentro da escola maior, o Indianismo no Brasil, seja na prosa de ficção, seja na poesia.

Para podermos compreender o fenômeno literário do Indianismo, é necessário voltarmos alguns séculos para trás na História e vir mapeando o desenvolvimento dessa corrente do primeiro Romantismo brasileiro, a fim de podermos verificar sua identidade profunda com o nacionalismo que ocorreu nas primeiras décadas de nossa Independência e que não pode ser eliminado de uma análise sobre aquele período. É necessário, também, termos em mente que há duas correntes de influência paralelas nesse correr dos séculos, a saber: a literatura colonial do tipo exótico-ufanista, principalmente os poemas épicos do Barroco brasileiro (juntamente com sua prima próxima, a literatura de viagem), e a noção filosófica do ameríndio como um Adão em estado de pré-queda, espécie de embasamento teórico para o Americanismo que vai eclodir na França do começo do século XIX. Do ponto de vista político, encontra-se aí uma enorme efervescência em seguida à Revolução Francesa, conforme já disse Carpeaux. É a época do liberalismo, tanto político quanto social, e até mesmo literário: "O Romantismo ... é o ... 'liberalismo em literatura'", diz Victor Hugo em seu prefácio a *Hernani*. É também, e sobretudo, a época em que camadas sociais antes reprimidas aspiram a uma faixa de poder. A burguesia luta por um lugar ao sol, e a ideologia dessa atitude vai refletir-se no movimento romântico, se não lhe for uma das causas.

É essa mesma burguesia que, durante o Renascimento e as grandes descobertas, vai colocar seu olhar "civilizado" sobre os bárbaros das Américas e elegê-los como o ponto de partida para um neobucolismo necessário à nova ideologia financeiramente interessada de uma Europa em rápido processo de urbanização, que irá desembocar na Revolução Industrial e na Revolução Francesa do Século XVIII.

Montaigne, Rousseau e Chateaubriand, cada qual com sua visão particular, forjam o arquétipo do novo Adão paradisíaco, a saber, o índio americano; o *bon sauvage*. O Americanismo de Chateaubriand — e mais tarde o de Cooper — chega-nos num momento em que o olhar dos viajantes mercantilistas já havia registrado o exotismo do ameríndio, a exuberância da natureza tropical, a virgindade e a extensão das terras brasílicas. Nossa épica barroca está cheia de exemplos do ufanismo com que a terra e a gente eram visualizadas pelos poetas. Desde Anchieta já se pode falar de uma visão nativista, ou melhor, indigenista do nosso índio. Por esse caminho seguem Santa Rita Durão, com seu *Caramuru*, ou Basílio da Gama n'O *Uruguai*, e até mesmo Sebastião da Rocha Pita na prosa de seu barroquíssimo *A História da América Portuguesa*.

Fazendo com que as correntes paralelas que influenciaram nosso Indianismo se encontrem, o francês Ferdinand Denis, primeiro em 1824, depois em 1826, publica livros em que fala de uma literatura brasileira. O *Resumo da História Literária do Brasil* (de 1826) é o primeiro documento de história literária mencionando não só uma literatura nossa, como sugerindo que ela poderia ser muito mais viçosa se seguisse o caminho indianista, agora que o país conseguiu uma situação ideal, pois desde 1822 se havia libertado de Portugal. O que vemos acontecer, nessa primeira metade do século XIX, é uma tentativa sistemática de erigir essa independência sobre bases sólidas, isto é, autenticamente nacionais. O nacionalismo será, então, o que dará o tom a todas as manifestações político-culturais no país; "a literatura romântica foi arma de ação política e social desde a independência" (Coutinho, 1976: 169). É também o momento em que vários países da Europa se estão formando como nação, onde antes havia ducados e principados separados, como a Itália e a Alemanha, por exemplo. No Novo Mundo, é quando começam as guerras de Independência, inspiradas na dos Estados Unidos da América no final do século XVIII.

Esse sentimento também chega ao Brasil. É preciso, portanto, "fundar" urgentemente uma literatura brasileira, não mais referida por estrangeiros, mas por filhos da nova terra independente. Se, no entanto, desde a época do Brasil colônia tivemos cantos celebrando as belezas e excelências da terra, estes são mais manifestações nativistas do que nacionalistas. Durante todo o nosso Barroco e Neoclassicismo, a temática

da terra e da gente foi importante, mas vista de um ângulo português: "Enquanto se deixou guiar pela estética neoclássica, a literatura "brasileira" foi, de fato, portuguesa, ... (o chamado "nativismo", ao contrário do que se pensa e afirma, foi manifestação temática, que em nada altera as estruturas mentais dentro das quais ocorria). Mas, ao tornar-se romântica, ... ela tomou consciência de sua brasilidade" (Martins, 1983: 124).

O terreno estando semeado pelas duas correntes — o exotismo ufanista, que possibilita o mito da terra propícia à literatura, e o arquétipo do *bon sauvage*, que vai desembocar no paradigma do homem perfeito -, elas acabam tocando-se e misturando-se no começo do Primeiro Reinado. Agora, só nos falta uma ideologia própria que, separando-se das matrizes européias, alcance vôo-solo.

Essa manifestação de nacionalismo literário - o nosso Indianismo, que vai, *grosso modo*, de 1840 a 1860 - foi ideologicamente legitimada por Domingos José Gonçalves de Magalhães no seu interessantíssimo e curioso "Discurso sobre a Literatura do Brasil", publicado na revista *Niterói*, em Paris (!), no ano de 1836, e que pode ser considerado nosso primeiro manifesto romântico. Nesse ensaio, que deveria servir de introdução a uma história da literatura brasileira, que nunca veio à luz, o futuro Visconde de Araguaia lança as cinco premissas que permitirão ao jovem país criar um fundamento "litéro-ideológico" que lhe possibilitaria executar um programa inovador de cultura, não mais luso, mas euro-brasileiro. Um pouco o que Oswald de Andrade, quase um século depois, vai realizar no nosso Modernismo.

É esse texto de Magalhães que dará à *intelligentzia* cabocla as razões para a existência de uma literatura e de uma cultura brasileiras. Antônio Soares Amora já apontou, em seu *O Romantismo*, que essas cinco premissas⁽¹⁾ possibilitaram a essa peça de lógica quase silogística - mas essencial para que o jovem Brasil adolescente pudesse começar a se afirmar como país adulto, construído por brasileiros para brasileiros - a estruturação do substrato ideológico que faltava em nossa terra.

Nosso Indianismo vem, então, preencher requisitos do exotismo e do nacionalismo literários. Segundo Nelson Werneck Sodré, o fenômeno da idealização do índio, uma das características fundamentais daquela corrente do Romantismo brasileiro como manifestação literária, sobre-

(1) As cinco premissas são: 1. já se define uma cultura e uma literatura brasileira no século XVI; 2. essa cultura teve seu desenvolvimento prejudicado pelo colonialismo português; 3. a cultura nacional poderia ter recebido aporte muito maior das culturas indígenas, não fora sua quase destruição; 4. a natureza brasileira é propícia ao "gênio" artístico e 5. "com a independência do Brasil, com os estímulos que os brasileiros recebiam de sua natureza e com a recuperação da contribuição indígena - tudo se podia esperar da cultura e da literatura brasileira" (Amora, 1977: 89).

tudo, na poesia, também existe desde o século XVI. Nos capítulos em que trata de Indianismo, na sua ainda bastante pertinente **História da Literatura Brasileira**, o historiador traça a trajetória da mitificação do aborígine na sociedade branca ocidental até o Século das Luzes, quando aparece a idéia do **bon sauvage** de Rousseau, seguindo-se a literatura americanista de evasão baseada nos heróis ameríndios de Chateaubriand, como já foi dito anteriormente.

Para o quê o crítico marxista mais chama a atenção do estudioso do Romantismo brasileiro, no entanto, é sobre a importância da "memória popular", de que falou Capistrano de Abreu, como "fontes folclóricas do indianismo":

Os elementos caracterizadores do indianismo ... podem ser alinhados como sendo: o elemento folclórico ...; a influência estrangeira ...; o elemento nativista ..., o elemento condicionado pela escravidão, que forçava a exclusão do negro como matéria literária ...; o elemento idiomático ... constituindo a preocupação dos ... escritores indianistas afirmar a autonomia literária não só através do fundo como através da forma.

Dentro de tais caracterizações, o indianismo deu um considerável impulso à literatura brasileira. Fez mais: popularizou-a ... Ao mesmo passo, conjugou, através da popularidade, a tarefa literária e da imprensa ... fornecendo os mais divulgados folhetins da época ... Traduziu, com fidelidade exemplar, no fundo e não na forma, a realidade do país, os condicionamentos de sua estrutura econômica e social. Enriqueceu o temário com os elementos folclóricos em que ancorou as suas manifestações. Deu cunho nacional ao romantismo, que se estiolava em manifestações secundárias, copiando os modelos externos. (pp. 279-280)

A citação, bastante longa, foi necessária para colocar definitivamente o indianismo em seu devido lugar dentro do corpus da literatura brasileira. Essa corrente no Brasil foi, portanto, ao mesmo tempo manifestação especificamente brasileira, no que traz de novidades formais e estruturais à poesia nacional, e importação cultural via Romantismo francês. Outro aspecto fundamental que importa revelar para sua melhor compreensão, do ponto de vista da influência da escola francesa, é a volta a uma Idade Média "inventada" e idealizada como fonte de inspiração temática. Ora, já que o Brasil não viveu um período histórico semelhante ao europeu, nada melhor do que criar um medievo brasileiro, uma ideologia que permitisse a utilização da figura do índio como a do cavaleiro medieval europeu. Nosso herói, no entanto, já seria superior a seu modelo branco, porque nas terras abaixo da linha do equador a miscigenação dos brancos e ameríndios teria gerado uma raça e uma civilização superiores (Não nos esqueçamos que, durante o Roman-

tismo, nossa *intelligentzia* tinha pretensões a que o Império brasileiro se tornasse um "Quinto Império", terra de tamanho e riquezas tais, que conquistaria até mesmo o velho mundo, se necessário fosse).

José de Alencar, na prosa de ficção, e Gonçalves Dias, na poesia, são os dois maiores representantes do Indianismo. São os **Primeiros Cantos**, publicados em 1847, que vão popularizar de vez a tendência que outros poetas menores já manipulavam.

O vate maranhense é considerado até hoje como "o poeta nacional" (Martins, 1978: 348). Faz parte do que se convencionou chamar de a Primeira Geração Romântica, ainda com fortes influências da forma clássica, mas já com uma temática que reflete o país a emergir da sombra de Portugal. É ele quem começa oficialmente o Indianismo no Brasil, com a publicação da obra acima mencionada. Toda uma primeira parte é chamada de "Poesias Americanas", e o poeta vai conhecer enorme sucesso, entrando para o círculo restrito dos jovens escritores que frequentavam o exclusivo Paço Imperial, como o próprio Gonçalves de Magalhães e Joaquim de Macedo, por exemplo. O Imperador Pedro II vai até mesmo pedir-lhe que faça alguns estudos etnográficos, a partir do recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1838 -, que resultam, por exemplo, na monografia "Brasil e Oceânia", de 1856, curiosíssimo trabalho em que Gonçalves Dias compara os índios brasileiros e os aborígenes australianos, chegando à conclusão de que os nossos são infinitamente "melhores" que os outros, por sua docilidade e pela facilidade com que deixam os hábitos pagãos.

Esse interesse pela etnografia é muito sintomático, pois mostra a enorme curiosidade despertada pela população indígena e seus costumes, embora, nessa época, o genocídio das populações autóctones americanas já estivesse praticamente consumado. Mas é a partir desses dados colhidos que se vai poder criar uma idealização do homem-índio-Adão primitivo, padrão de homem honrado e valente que pode ser, então, comparado ao cavaleiro medieval: "O indianismo de Gonçalves Dias ... é parente do medievismo coimbrão ... *As Sextilhas de Frei Antão* ... [e] "O Trovador" (poemas medievistas), poder-se-iam considerar pares simétricos d'*Os Timbiras*, do "I-Juca-Pirama", ... pela redução do índio aos padrões da Cavalaria" (Cândido, 1975: 84).

Esse novo herói será extremamente popular, fornecendo — para o público fluminense e o das províncias o caldo de nacionalidade necessária para unir a grande euforia cívica que se segue à Independência sobretudo no Segundo Reinado, o acréscimo de algo genuinamente nacional: **uma identidade cultural brasileira.**

A aparente evasão, ou até mesmo "alienação", como gostam de se referir alguns críticos mais desavisados, é, portanto, participação efetiva:

"é literatura política, mesmo e justamente quando pretende ser apolítica", como disse Carpeaux. Ao contrário das manifestações nativistas e indigenistas, o Indianismo no Brasil veio preencher um vácuo histórico-cultural, permitindo ao país afirmar sua brasilidade frente ao ávido olhar estrangeiro. O guerreiro tupi de "I-Juca-Pirama" é nosso guerreiro medieval; o homem novo que vai transformar a face aculturada da ex-colônia em sua verdadeira nação, com identidade cultural própria. É com o Romantismo, e sobretudo com sua corrente indianista, que o Brasil vai tornar-se verdadeiramente adulto.

É preciso, então, não pensar no jovem guerreiro tupi do "I-Juca-Pirama" como um personagem inverossímil e absurdo. É ele o que a realidade nacional exige em meados do século XIX. Do mesmo modo não se pode pensar Peri e o **best seller** que foi **O Guarani** — sob outra perspectiva senão a da utopia reformista romântica, isto é, o domínio do **dever ser**, ou do **querer ser**. Naquele momento significavam participação, não alienação. O gênio dos autores tornou-os imortais.

BIBLIOGRAFIA

- Amora, Antônio Soares. **O Romantismo**. 5. ed. São Paulo, Cultrix, 1977.
- Candido, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Vol. II. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP, 1975.
- Carpeaux, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Vol. V. 3. ed. Rio de Janeiro, Alhambra, 1987.
- Coutinho, Afrânio, **Introdução à Literatura no Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- Martins, Wilson. **A Crítica Literária no Brasil**. Vol. I. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- História da Intelligência Brasileira**. Vol. I e II. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1978.
- Nunes, Cassiano. "Gonçalves Dias e a Estética do Indianismo", in **Breves Estudos de Literatura Brasileira**. São Paulo, Saraiva, 1969.
- Sodré, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1964.